UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA CONTEMPORÂNEA À LUZ DA DIDÁTICA MAGNA DE COMENIUS

BREVE REFLEXIÓN SOBRE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA CONTEMPORÂNEA A LA LUZ DEL MAGNA DIDACTIC DE COMENIUS

Gláucia Vieira Cândido

Bacharel em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 1995; licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), 2010; mestrado (1998) e doutorado (2004) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); estágio pós-doutoral no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP), 2021. É professora associada na Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Línguas Indígenas, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguística, Línguas Indígenas, Família Pano, Língua Shanenawa; Educação Indígena; línguas em contato; Português Brasileiro (PB) indígena.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3790-9192>

Daiane Alves de Vasconcelos

Possui graduação em Letras - Espanhol pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente é professor - Secretaria da Educação de Goiás.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1243601468911046>

Jéssica Hilário Pinto

Discente do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Goiás (PPGE-UEG). Graduada em Pedagogia (2014) e pós-graduada em Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade na Educação (2017) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas. Especialista em Gestão Escolar, com Ênfase em Coordenação Pedagógica (FABEC, 2015). Coordenadora Pedagógica da rede municipal de ensino da cidade de Damolândia-GO.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0055-0534>.

E-mail: jhessica.hilario@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve reflexão sobre os fundamentos da obra *Didática Magna*, de Comenius ([1649] 2011), para a construção de uma política de educação inclusiva que vise ao desenvolvimento social do homem. É também objetivo deste texto abordar dificuldades encontradas na sociedade contemporânea brasileira para colocar em prática a proposta de educação comeniana, em especial, de pessoas com deficiência. Para tanto, buscamos apoio teórico em Kulesza (1992); Gasparin (1994; 1997; 2015); Comenius (1999; 2011); Covello (1999); Mantoan (2003); Skliar (2006) e Garcia; Kuhnen (2020), entre outros.

Palavras-chave: educação inclusiva; *didática magna* de Comenius; educação especial brasileira.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una breve reflexión sobre los fundamentos del libro *Didáctica Magna*, de Comenius ([1649] 2011), para la construcción de una política de educación inclusiva orientada al desarrollo social del hombre. También es objetivo de este texto reflexionar sobre las dificultades encontradas en la sociedad brasileña contemporánea para poner en práctica la propuesta educativa comeniana, especialmente para las personas con discapacidad. Para eso, buscamos apoyo teórico en Kulesza (1992); Gasparina (1994; 1997; 2015); Comenius (1999; 2011); Covello (1999); Mantoan (2003); Skliar (2006); AUTOR (2020) y Garcia; Kuhnen (2020).

Palabras clave: didáctica magna; educación inclusiva; educación especial brasileña.

INTRODUÇÃO

"Nós ousamos prometer uma *Didáctica Magna*, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos." (COMENIUS, 1648 [2011]).

A Idade Moderna foi o primeiro momento histórico em que pensadores se atentaram para a necessidade de uma sociedade mais inclusiva. Dentre esses pensadores está Comenius, considerado por muitos estudiosos, a exemplo de Kulesza (1992) e Gasparin (1997), como o precursor da educação moderna, especialmente, em virtude do trabalho desenvolvido em sua *Didáctica Magna*¹, obra amplamente pesquisada, mas que, por sua densidade conceitual, ainda pode suscitar discussões muito interessantes sobre diversos temas educacionais, dentre os quais a educação inclusiva contemporânea.

De fato, o desejo de garantir uma educação para todos, de democratizar o acesso dos cidadãos à escola e, claro, de manter sua permanência nela, de conceber a educação como ferramenta de transformação social, em que estratégias ressaltem a voz das minorias silenciadas pelo poder hegemônico, iniciou-se com as ideias defendidas por Comenius, o qual buscou associar o conhecimento científico da modernidade com a necessidade de redenção do homem, e a possibilidade de salvação. Ou seja, o projeto de se levar conhecimento para todos os homens, de maneira democrática, tinha basicamente a intenção de auxiliar os homens na conquista da liberdade de suas almas,

¹ Obra originalmente publicada em latim com o título *Didactica Magna*, em 1649. Neste texto, usamos a edição publicada em 2011.

pois, por meio do conhecimento formal adquirido, os homens teriam maior chance de tomar ciência, compreender e divulgar os ensinamentos das escrituras sagradas.

O caminho dessas ideias acabou por culminar em certa organização estrutural das escolas em séries, de currículos, de semestres letivos e, mais do que isso, no engajamento de todos os interessados em garantir educação para todos os cidadãos independente de suas diferenças.

Daí a existência, na atualidade, de leis e políticas públicas que visam à valorização da diversidade, em uma perspectiva multicultural, colocada na escola pública como modalidade de Educação Especial², quando relacionada à inclusão de pessoas com deficiências³, no âmbito da educação formal. Já, quando pensamos em um ensino híbrido entre a educação especial e o ensino regular, temos a ampliação dessa ideia para uma educação inclusiva, a qual abrange todas as minorias e suas necessidades.

Como se sabe, Comenius se pautava em uma ideia de educação inclusiva, democrática, à qual todas as pessoas deveriam ter acesso, uma vez que a considerava como a única e mais eficaz maneira de se realizar uma reforma das questões humanas e, conseqüentemente, da (re)construção de uma sociedade mais valorativa e representativa das diferenças, que trabalha em harmonia em busca de um bem maior. Contudo, já se sabia que essa mudança seria gradativa, em um processo longo de aperfeiçoamento do ser humano, em todos os sentidos.

Nessa linha de raciocínio, interessa-nos neste texto discutir a educação inclusiva contemporânea, em especial, no âmbito brasileiro. Dessa maneira, pretendemos apresentar, inicialmente, uma noção de educação inclusiva, na perspectiva da educação fundada pelo filósofo Comenius em seu tempo; na sequência, lançaremos alguns questionamentos sobre o modo como a proposta desse pensador está sendo colocada

² De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, são considerados como público da educação especial, aqueles com necessidades decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, permanentes ou temporários, que apresentarem: deficiência física, visual, auditiva, intelectual, múltipla, surdo cegueira, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação.

³ A partir do dia 03 de novembro de 2010, o termo 'Pessoa Portadora de Deficiência' foi substituído por 'Pessoa com Deficiência' (Portaria da Presidência da República – Secretaria de Direitos Humanos, Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010). Isso porque, conforme AUTOR (2020, p. 317), “após intenso debate internacional com e das pessoas com deficiências sobre a nomenclatura pela qual preferiam ser reconhecidas e referenciadas, o termo mais utilizado, universalizado e incorporado a todas as línguas no âmbito das instituições oficiais, tem sido ‘pessoa com deficiência’, provavelmente por seu caráter mais técnico e menos eufemístico”.

em prática na contemporaneidade, especialmente na sociedade brasileira. Completam o texto, as considerações finais e a referências que nortearam nossa reflexão.

“Ensinar tudo a todos”: fundamentos da educação inclusiva em Comenius

Conhecido como o “Pai da Didática Moderna”, o pensador Iohannes Amos Comenius⁴ dedicou grande parte da sua vida à produção de sua *Didática Magna*, também conhecida como *Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Trata-se de uma obra desenvolvida em um momento histórico de muitas mudanças e transformações sociais, as quais contribuíram para que o autor conferisse a seu tratado extrema importância e valor, o que, aliás, pode-se dimensionar pelo próprio título.

Segundo Gasparin (1994), o filósofo denominou sua didática de “magna” em função de não desejar que seu compêndio se restringisse a sua localidade. Além disso a definiu como “uma arte universal de ensinar tudo a todos” (COMENIUS, 2011, p. 13). Focado em atingir seus objetivos ideológicos, passou a produzir seus textos e a usar seu nome em latim, *Comenius*. De acordo com Covello (1999), provavelmente para satisfazer ao que previa a moda de sua época, o filósofo decidiu alterar seu nome original “Komensky” para a versão latina para se tornar “homem universal”, ou seja, com preocupações para além de sua terra natal. Dessa maneira, ao latinizar seus textos, seria compreendido por leitores de todo mundo e, assim, não perderia “nenhuma oportunidade para convocar os homens de bem para a grande obra de redenção do gênero humano” (COVELLO, 1999, p. 64).

Com sua produção escrita na língua latina, portanto, Comenius buscava alcançar o máximo possível de público para suas ideias. Afinal, o autor vivia em um período de grandes descobertas, devido às navegações marítimas e à conquista de “novas” terras e, dentro desse contexto, a proposta era divulgar uma didática que contemplasse de fato a todos no processo educativo. Dessa maneira, tal didática poderia tornar-se uma metodologia universal, a fim de garantir a proximidade dos humanos com Deus e dando oportunidade para que todos pudesse alcançar a redenção.

Notoriamente, todos esses objetivos receberam influência de sua formação protestante. Afinal, em busca da salvação da alma humana, sob uma perspectiva cristã,

⁴ Nascido em 28 de março de 1592, em Nivnice, na Morávia, região pertencente ao Reino da antiga Boêmia, hoje República Tcheca, e falecido em 15 de novembro de 1670.

se entendia que o caminho para tal conquista, era que todos os homens recebessem educação formal. Isso poderia aprimorar o conhecimento pré-existente em cada indivíduo, visando à construção de um mundo melhor, pois, somente a partir da educação, é que a sociedade seria levada a uma transformação, a qual permitiria aos homens se relacionarem de uma maneira mais satisfatória uns com os outros, ou seja, no sentido de se apresentar mais solidária e buscando respeitar sempre as diferenças.

Nesses termos, é possível perceber que Comenius almejava fortemente a reestruturação da sociedade de sua época e também as das futuras, haja vista que, como ele mesmo dizia, era movido por “fortíssimo desejo do bem público”, o que teria levado a “inventar essa empresa, desde as suas fundações” (COMENIUS, 2011, p. 17). E foi esse olhar e o interesse pelo bem público que o teriam fortalecido e impulsionado na construção de sua obra, a qual se mostrava representativa das demandas sociais da sua época e, especialmente, de suas próprias reflexões. De fato, segundo Gasparin (1994), já ocorria de forma recorrente, em um grande número de compêndios científicos publicados no século XVII, os termos *novus, magnus, universalis, infinitus, mundus, pan⁵*, e não se tratava apenas de uma forma literária, estilística de se produzir tratados científicos, visto que o uso dessa terminologia exprimia

[...] significativamente as exigências, inquietações e insatisfações de uma época que era sensível à insuficiência da formação tradicional do homem. Anunciavam ao mesmo tempo a realidade diferente que estava nascendo, não apenas nova, mas grande, universal, na qual era necessária e fundamental a cooperação de todos (GASPARIN, 1994, p. 36).

Parece-nos, portanto, evidente que a motivação para a composição da *Didática Magna* tenha surgido a partir das inquietações e insatisfações que Comenius sentia frente ao modelo educacional da época, o qual era influenciado pela igreja Católica, e que, na visão do filósofo, era extremamente excludente, elitista e insuficiente para atender a realidade da sociedade.

Pautando-se em sua convicção protestante, a ele incomodavam os privilégios de acessibilidade ao ensino e também a falta de um ensino voltado para a sabedoria

⁵ As etimologias desses termos, conforme Alencar (1944), são respectivamente: *novus*: “novo” (do grego *néos*); *magnus*: “grande” (do grego *mak*); *universalis*: “universal” (do latim *universalis*); *infinitus*: “infinito” (do prefixo latino *in-* = *negação* + *finitus* = *fim*); *mundus*: “puro”, “limpo” (do latim *mundus*).

humana. Essa concepção de mundo tinha por base o pensamento de que todos os seres seriam a imagem e semelhança de Deus e, assim sendo, não deveriam ficar fora do exercício comum de aprimoramento das capacidades inatas que lhes foram conferidas.

Dessa maneira, a marginalização das classes minoritárias, por meio da negação do acesso à educação, provavelmente seria o responsável pela desarmonia social. Além disso, devido a essa ausência, os homens poderiam ser muito mais facilmente corrompidos pelos males do mundo. Daí a preocupação de educar os jovens com sabedoria, pois isso poderia significar a promoção de sua alma, de modo que permanecesse “preservada da corrupção do mundo” (COMENIUS, 2011, p. 30). Em sua convicção, a partir de tal preservação, o princípio da igualdade, da valorização das diversidades, da alteridade poderia ser mais facilmente garantido.

Nessa linha de raciocínio, Comenius critica a superficialidade e a mecanicidade com que os homens eram educados, haja vista que, para ele, geralmente os estudantes apenas escutavam de seus educadores “palavras superficiais, vãs, papagaiadas e com opiniões que têm a consistência da palha e da fumaça” (COMENIUS, 2011, p. 106). Isto é, para ele, o ensino tradicional usado nas escolas da época não contribuía para a transformação da sociedade em que elas estavam inseridas, uma vez que se dedicava a propagar teorias que considerava irrelevantes, sem funcionalidade, por não servirem para a construção de uma sociedade mais humana, empática e que valorize as diferenças, tal como ele pensava que uma sociedade ideal deveria ser.

Assim, sua proposta é a de uma escola que funcione, verdadeiramente, como uma “oficina de homens”, a qual proporcione a estes, de maneira completa, ampla formação, de modo a torná-los “aptos aos compromissos desta vida e à eternidade” (COMENIUS, 2011, p. 186). Essa visão da escola como oficina, vale ressaltar, não era no sentido técnico do “fazer” ou de lugar específico para elaborar, fabricar ou consertar coisas; antes, Comenius a estava pensando como um espaço de construção do conhecimento e também do sujeito. Isto é, o ensino é pensado para além de domínio de técnicas, visto que são levados em consideração os aspectos humanos que constituem esses sujeitos e suas relações com os outros. Nesses termos, são identificados nessa concepção de “escola”, elementos que, do ponto de vista cristão do autor, irão conduzir o homem para a vida eterna.

Essa visão espiritual da educação, notoriamente, é uma característica muito presente em toda a obra de Comenius, haja vista que, como já dissemos, o pensador

considerava-se um cristão protestante, tendo pertencido, por toda a vida, ao grupo religioso denominado Irmãos Boêmios⁶, e chegado a se tornar, em 1648, bispo da Igreja dos Irmãos Morávios, uma denominação protestante iniciada no Século XV, em território pertencente à atual República Checa.

Como já dito, provavelmente, essa vivência teria instigado o pensador checo a propor uma ruptura com o modelo educativo em vigor, desenhado pela Igreja Católica, dominante no período, tendo em vista que, para ele, tratava-se de um modelo discriminatório, que privilegiava a elite e focava em conteúdos abstratos. Dessa forma, Comenius engajou-se na proposta de uma didática que promovesse uma escola moderna, no mínimo, diferente dos modelos até então vigentes, que despertasse o interesse do aluno para o conhecimento por meio das experiências com o mundo real. Assim, acreditava que poderia garantir formação mais fácil, prazerosa e focada no objetivo de fazer com que os homens vivessem bem em sociedade e, principalmente, mais próximos de Deus.

Neste propósito, portanto, não poderia excluir nenhum ser humano do direito à educação, pois defendia que todos os seres humanos, ou seja, os que haviam nascido homens, a educação era necessária, a fim de que fosse reforçada a distinção entre homens e animais ferozes (COMENIUS, 2011, p. 76). Como atesta Kulesza (1992, p. 100), é nesse ideário que se tem ciência de que apenas pela educação é que o homem tem “a possibilidade de realizar plenamente sua natureza e, portanto, basta ser humano para ser encaminhado à escola” (KULESZA, 1992, p. 100).

Evidencia-se, nesse sentido, a importância que Comenius concebeu à educação na formação do homem. Para ele, é por meio dela que o ser se constitui humano, dentro da individualidade de cada um, defendendo, ademais, que ela é uma necessidade de todos, uma vez que “todo homem nasceu com a capacidade de adquirir a ciência das coisas, antes de mais nada porque é imagem e semelhança de Deus” (COMENIUS, 2011, p. 58).

Importante ressaltar que o fato de enxergar todos os humanos como semelhantes a Deus e determinar que a capacidade de aprendizagem é inata e inerente a qualquer ser racional confere à concepção comeniana de educação uma grande

⁶ Segundo Gasparin (2015, p. 3058), a Unidade dos Irmãos Boêmios era um grupo seguidor de uma moral austera e da Bíblia como bases e regras de fé. Calmenius foi pastor da Unidade dos Irmãos, Reitor das escolas desse grupo e Bispo e Arcebispo, os cargos mais elevados da Congregação.

ampliação da visão que se tinha de educação na época. Obviamente, tal noção de igualdade possui um direcionamento religioso, postura que não limita a amplitude e a forte influência de sua concepção para a educação moderna, em uma perspectiva inclusiva.

Essa noção de igualdade proposta por Comenius persegue o ideal de formação integral do homem para a humanidade, com conseqüente valorização das especificidades, em defesa do direito de que a educação seja acessível a qualquer um, sem discriminação, garantido que o ambiente escolar seja acolhedor, conforme o exemplo que a própria natureza nos dá, de que devemos nos agradar de “ter nos pomares não só árvores que deem frutos precoces, mas também as deem frutos de fim de estação ou serôdios” (COMENIUS, 1999, p. 91).

Sendo assim, o ensino deve contemplar a todos, respeitando o tempo e a maneira com que cada um desenvolve a aprendizagem, atentando-se para suas especificidades como constituintes do todo, da igualdade. Esse é um dos principais fundamentos comenianos para a educação inclusiva, a qual visa a um ensino voltado para a transformação social, de modo a possibilitar que a humanidade viva em harmonia, zelando sempre pelo bem comum.

Essa concepção democrática de educação para todos é o que torna a didática de Comenius basilar para as atuais políticas públicas de educação. Por isso, neste texto, a exemplo de Gasparin (1997, p. 216), consideramos relevante a tendência de retorno aos postulados de Comenius, como um clássico da área de Educação, haja vista que a compreensão histórica de suas ideias pode colaborar para uma melhor compreensão da Educação e da Didática contemporâneas.

Ademais, o entendimento das propostas dessa didática de maneira aprofundada sob olhares diversos poderá, dentre outras ações, elencar e efetivar mudanças educativas que objetivem fortalecer o ideal democrático sugerido na didática comeniana. A partir daí, também se abre espaço para análises e questionamentos sobre o real alcance e colocação em prática dessa proposta de educação verdadeiramente inclusiva e, indubitavelmente, muito necessária para as minorias, em especial, para pessoas com deficiência.

Afinal, discussões acerca da Educação Inclusiva (ou Especial), a qual tem por objetivo incluir a todos (isto é, alunos com e sem deficiências) em instituições de ensino

regulares, ocorrem com frequência já há algum tempo e estão se intensificando nos últimos anos no Brasil, tal como veremos na seção seguinte.

De Comenius à contemporaneidade: como está a educação inclusiva?

Como já destacada, um olhar atento à obra de Comenius aponta para a compreensão de que suas concepções refletiram as demandas sociais de sua época. É importante, porém, lembrar que demandas sociais estão sempre se atualizando com base no contexto social, cultural e econômico das sociedades.

Assim, na época, a sistematização do método teve um alcance maior do que uma simples instrução metodológica com fins pedagógicos, pois ampliou e reinaugurou o conceito de educação ao longo dos anos. Notoriamente, evidencia-se o desejo de Comenius pela universalização do ensino, no sentido de oferecer a todos os seres humanos instrumentos para que estes pudessem apropriar-se do conhecimento e, conseqüentemente, aproximar-se de Deus.

Perseguindo esses objetivos, o pensador religioso enxergou a educação como o único e mais eficiente caminho para lograr êxito. Logo, focou sua metodologia na preocupação com os valores humanos e também no aspecto social. Nesses termos, como destaca Covello (1999), Comenius não somente foi filósofo, sábio, sacerdote e cientista, mas, acima de qualquer título, foi um educador que considerava a educação tanto uma necessidade como “a solução, o caminho e a urgência para atender à realização humana, à construção sociopolítica, à paz entre os povos, à ascensão do ser à Divindade” (COVELLO, 1999, p. 12).

Nesse sentido, reforça-se a máxima de que foi e continua sendo extremamente importante entender a educação como ferramenta essencial a favor da construção de uma humanidade mais solidária. Para tanto, a despeito das adversidades, é preciso concebê-la cotidianamente como meio de melhoria de vida, pois isso é primordial para uma educação de fato inclusiva, ou seja, que tenha em mente que os problemas sociais podem e devem ser solucionados por intermédio de uma prática educativa sólida e completa, tal como apregoou há alguns séculos, o aspecto social e, até então, inovador da obra comeniana:

[...] o que chama a atenção [...] é o aspecto social de sua filosofia da educação, como um direito de todos em igualdade de condições. Esta é uma posição de surpreende audácia, colocada no contexto do século XVII, onde a educação era um privilégio dos filhos dos ricos e dos nobres (GASPARIN, 1997, p. 112).

Ou seja, em seu tempo, Comenius propôs uma metodologia inovadora, sendo, portanto, precursor da política pública de inclusão. Afinal, ao defender que deveriam “ser confiados à escola não só os filhos dos ricos ou das pessoas mais importantes, mas todos em igualdade” (COMENIUS, 2011, p. 89), o pensador rompeu com a lógica tradicional, de uma sociedade elitista, em que as minorias não tinham nenhum valor humano, nenhum direito. E, ao incluir pessoas com deficiências, mulheres e pobres em sua proposta educativa, acabou abrindo precedentes para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, a qual objetivava transformar a escola em um espaço de diversidades, que valorizasse as especificidades de cada ser, tal como de fato deve ser.

Para Comenius, o ato de educar tem função maior que a pedagógica; seu real objetivo está inserido na tarefa de educar para a vida, o que pode ser uma garantia de que, ainda que os estudantes não consigam, por motivos múltiplos e devidamente justificáveis, um progresso completo nas letras, como se costumava dizer na época, certamente tornar-se-ão, “não obstante mais civis nos costumes” (COMENIUS, 2011, p. 90). Isso porque a didática comeniana, antes de se preocupar com o ensino formal da escola, enfatiza o aprendizado que conduz o homem à cidadania, considerando as relações sociais no processo educativo, pensando sempre no bem comum, ainda que baseado em uma perspectiva moral.

Com essa proposta educativa, atesta Kulesza (1992, p. 100), Comenius antecipa a necessidade da educação formal para as mulheres e pessoas com deficiência, embora por razões diversas naturalmente. A autora ainda ressalta que essa sua posição decorre evidentemente de seus pressupostos filosóficos, os quais defendem o potencial existente no homem, recebido divinamente, e que deve ser desenvolvido e aprimorado em retribuição ao Criador. E, para favorecer esse movimento de aproximação do Divino, faz-se necessário que o ser humano seja educado para viver em harmonia com os outros homens com base nos exemplos da própria natureza.

Neste aspecto, compreende-se que o papel da educação, para Comenius, é fortemente marcado pela preocupação em garantir o desenvolvimento social para todos

os homens, excluindo daí possíveis interesses pela ascensão social proporcionada pela educação, pois, uma vez que Comenius está preso ainda à

[...] concepção estamental da sociedade medieval, ele só concebe a mobilidade do todo, nunca de estratos ou classes da sociedade. Esta particularidade é que o distingue também das formulações de mobilidade social através da educação, próprias do individualismo burguês (KULESZA, 1992, p. 102).

Considerando o momento histórico, quando apenas a mobilidade do todo era possível, podemos entender em que base a concepção de educação formulada na obra *Didática Magna* foi construída, ou seja, desprestigiando a ascensão social de alguns e fomentando o desenvolvimento social de todos, considerando, por sua vez, em uma perspectiva moral, que a educação figura como o principal instrumento de salvação do gênero humano. E, como já dissemos, é acreditando nesse propósito que Comenius defende a necessidade de todos serem ensinados em igualdade, atentando, então, para uma formação social, humana, cultural e moral do homem para o exercício pleno de sua cidadania. Nesse modelo, portanto, não se visava apenas a um ensino formal exigido pelo mundo moderno, com interesse de conquistar lugares de poder.

Dessa forma, a contemplação da diversidade no processo educativo é inaugurada pela proposta metodológica educacional de Comenius. Trata-se de uma metodologia que reconhece a igualdade de todos frente à necessidade de educação e que, nesses termos, determina um novo papel para escola, ou seja, o de instituição responsável por atender às demandas sociais. Obviamente, tal papel somente poderá ser desenvolvido se estiver pautado pelo movimento de uma política educativa realmente inclusiva.

Fundamentados nessa concepção é que muitos teóricos defendem a educação inclusiva como saída para a escola hegemônica, criada pela modernidade, no sentido de que, por meio de sua ação formadora, seja possível transformar todos que participam dela, proporcionando “condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente” (MANTOAN, 2003, p. 30).

De modo positivo, o despertar proporcionado por Comenius em favor de uma educação democrática e inclusiva, desde a publicação de seus tratados, vem se

ampliando e ganhando força ao longo do tempo. Não temos dúvidas sobre a importância do nome de Comenius para essa causa. Isso é indiscutível. Contudo, não podemos fechar os olhos para pontos negativos em relação à tão relevante política pública de educação. Afinal, séculos depois, já não mais era de se esperar por uma quantidade considerável de obstáculos construídos socialmente, na atualidade.

Dentre os entraves para a implantação permanente de uma educação inclusiva, por exemplo, está a chamada “normalização” discutida por Skliar (2006). Acerca disso, esse autor afirma existir violenta imposição de uma identidade única, ou seja, acredita-se em um padrão de pessoa dita “normal” (isso quer dizer, advindo dos termos “norma”, “normalidade”), isto é, um paradigma que inclui todas as pessoas que se assemelham entre si. A partir de características genéricas, porém, determinantes de modelos considerados dentro de uma “norma” social, os “semelhantes” costumam ser chamados de pessoas “normais”; por outro lado, as pessoas que se distanciam da “normalidade” imposta pelo paradigma definido socialmente passam a ser taxadas de “diferentes”, “anormais”. Dessa forma, acabam fugindo da “única identidade verdadeira” (SKLIAR, 2006, p. 19).

Além disso, as leis e os documentos que tratam das políticas públicas para a educação inclusiva estão em constante discussão nas esferas administrativas da educação brasileira. Nesse sentido, o Ministério da Educação está já há alguns anos revisando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em vigor desde 2008. Apesar disso, ao invés de observarmos certo progresso em relação às políticas nacionais, por vezes nos deparamos com documentos como o Decreto 10.502, chamado por muitos de “decreto da exclusão”, o qual foi sancionado em 30/09/2020, pelo então Chefe do Executivo, Sr. Jair Messias Bolsonaro.

No referido documento, intitulado *Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida*, cujo slogan apresenta-se como bastante inclusivo, é nítido que a obrigatoriedade das escolas comuns em realizar a matrícula de alunos com deficiência é extinguida. Isso permite o retorno do ensino regular em escolas exclusivas para “pessoas especiais”, o que caracteriza um retrocesso em relação à educação inclusiva e a violação à Constituição Federal pelo fato de estar segregando os alunos com deficiência.

Contudo, essa revisão causa desconforto àqueles que defendem a inclusão das pessoas com deficiência nas salas de aula regulares, ou seja, com alunos sem

deficiências. Isso porque o texto da versão propõe o retorno da separação das pessoas com deficiência das demais. Esse e outros fatores dificultam ou limitam a total efetivação da inclusão proposta há séculos por Comenius e pleiteada arduamente pelas pessoas com deficiência. Trata-se de um direcionamento que vai na contramão da perspectiva social que prevê, como deve ser, a eliminação das barreiras que impedem o acesso de alunos com deficiência à educação democrática.

Diante desse cenário, em 01/12/2020, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, suspendeu a eficácia desse decreto por meio de uma decisão liminar proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590. Logo, em 28/12/2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sua maioria, assinou a liminar, prevalecendo o entendimento de que o decreto pode fragilizar políticas públicas de inclusão desses educandos na rede regular de ensino.

Notoriamente, propostas de leis como o Decreto 10.502, de 30/09/2020, dentre outras, certamente trazem entrave à promoção da acessibilidade, fortalecendo a segregação dos alunos com deficiência. Isso impede para que a transformação do ser humano e de tudo que envolve a esfera social aconteça conforme idealizado por Comenius e outros pensadores de uma educação inclusiva verdadeira.

PALAVRAS FINAIS

Como é sabido, a didática comeniana foi construída em um contexto transitório entre uma sociedade medieval e a modernidade. Segundo Gasparin (1997, p. 13), o teórico não seria, dessa forma, “um moderno, talvez um precursor do novo período histórico”, momento este em que todas as explicações ainda estavam subordinadas “à vontade de Deus”, isto é, ao domínio da doutrina teocentrista como norteadora do mundo.

Esse contexto é o que justifica, em *Didática Magna*, o método voltado para a educação moral de todos, visando ao desenvolvimento social do homem, em direção à contemplação e à garantia de uma vida eterna ao lado do Criador. A herança desse método, deixado por Comenius, foi o que inaugurou um novo pensar sobre um modelo de educação inclusivo, ampliado pelas culturas posteriores.

Essa contemplação de todos os indivíduos no processo educativo, buscando a transformação social do homem, constitui-se como o grande diferencial da didática discutida. Afinal, as concepções que compõem a obra deixam evidente que o ensino deve ser realizado para o indivíduo, em sua particularidade, considerando suas variadas e múltiplas competências. Assim, tudo é realizado de maneira integrada, ou seja, é nítida a importância da utilização de conhecimentos que amparem os educandos de forma que consigam se desenvolverem, fundamentados, em suas individualidades.

É preciso considerar que cada ser humano é único em “suas peculiaridades, mas, ao mesmo tempo, também é múltiplo em sua diversidade e pluralidade” (PINTO; CÂNDIDO, 2020, p. 323). Assim, não haveria sem a existência de separação, exclusão ou discriminação social, conforme defende Kulesza (1992), que Comenius estava preocupado com a formação social do homem.

É a partir dessas ideias suscitadas no processo de transição social e histórica que debates sobre a valorização da diversidade foram ganhando força e a *Didática Magna* conquista o reconhecimento de sua produção como diretrizes universais para a construção de uma educação igualitária para todos. Afinal, inspiram-se na filosofia comeniana, importantes documentos destinados às pessoas com deficiências, como, por exemplo, o elaborado, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9/09/1975, a *Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências* (ONU, Resolução Nº30/84, 1975), que promulga o uso do termo “pessoas deficientes”, fato de grande relevância para aqueles que durante muitos séculos foram tratados por inválidos, incapacitados, aleijados, disformes, defeituosos.

Em 1989, vale lembrar, que a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança, ressaltando, em seus artigos 28 e 29, o reconhecimento do direito à educação com igualdade de oportunidades, gratuita e obrigatória para todos.

Outra conquista, após muitas lutas, foi o direito ao acesso e a permanência de pessoas com deficiência à educação gratuita. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, a educação especial deixa de ser uma modalidade isolada e passa a formar parte do ensino comum. Em 2001, o decreto nº 3956 foi aprovado e estabeleceu que as instituições de ensino básico regular se organizassem e se preparassem para atender aos alunos com deficiência, garantindo a eles condições adequadas para uma educação de qualidade.

Essa progressão de políticas favoráveis às classes minoritárias surge de debates oriundos da proposta comeniana, que vêm trabalhando no sentido de implementar uma educação inclusiva, visando à formação integral dos homens, mas de fato, ainda, não alcançamos o que pretendia Comenius, quando pensamos no aspecto de formação social, de formação do homem para a humanidade, o que atende as demandas dos desprivilegiados socialmente.

Tal alcance é geralmente dificultado por obstáculos criados no seio da sociedade, a partir de um sistema político excludente, que visa a impedir que a educação assuma seu papel transformador como garantia da manutenção do poder hegemônico. Para isso, são disseminadas práticas excludentes, na maioria das vezes de maneira velada, dentro da própria proposta de educação inclusiva, em que a exclusão escolar

manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos (MANTOAN, 2003, p. 13).

A lição estabelecida é a de que não basta abrir a escola para a diversidade, ou melhor, não estamos falando de uma integração com o objetivo de normalização e adaptação ao meio (GARCIA; KUHNEN, 2020), mas sim que é imprescindível ensinar com a instituição de ensino. Por meio dela, como Comenius se adiantou em mais de 300 anos, é preciso perceber que o homem assim como a natureza tem seu tempo e sua maneira de aprender. Além disso, por meio da educação, tem-se a sua contribuição na construção de um mundo melhor para todos.

Indubitavelmente, a concepção inclusiva de Comenius continua viva quando percebemos que a educação é um “instrumento de salvação, tanto na dimensão humana, no que se refere aos problemas político-sociais que ela deve resolver, quanto na dimensão sobrenatural da conquista do céu, fim último do homem” (GASPARIN, 1997, p. 128). Contudo, foram necessários tantos anos para que essa proposta educativa ocupasse um lugar de merecimento, mostrando, o que parece evidente, que o único caminho para a solução das mazelas sociais é a educação. E, ainda assim, nos deparamos, frequentemente, com uma massacrante realidade de exclusão, que tenta silenciar as necessidades sociais, mas que, em contrapartida, não consegue eliminar as articulações

que exigem mudanças de comportamento, luta, resistência, não aceitação da opressão que é imposta pela modernidade.

Em síntese, uma educação inclusiva efetiva é a ferramenta que ressalta a voz dessas classes subalternizadas, que oportuniza o diálogo e promove a transformação da sociedade. Diante de tantos empecilhos, os resultados de uma educação inclusiva verdadeiramente virão a longo prazo, como já sabia Comenius, na luta diária, incansável e persistente, daqueles que acreditam que a diversidade social é constitutiva da igualdade, da prática educativa e que o meio social é determinante no processo de desenvolvimento humano.

Para nós, a ideia é continuarmos por esse caminho, levantando essa “empresa” fundada por Comenius há mais de 300 anos, para que a humanidade possa usufruir das construções educativas inclusivas de homens transformados para o bem comum. Afinal, Comenius conclama que não nos desesperemos “se a primeira tentativa não tiver sucesso imediato e se a empresa concebida segundo nossos desejos não for por nós levada à absoluta perfeição” (COMENIUS, 2011, p. 14). Dessa forma, deixa-nos ciente de que “a empresa” por ele fundada caminha na direção correta, apesar de encontrar vários percalços.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José Arraes de. **Vocabulário latino**. Filosofia e poesia da linguagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1944.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei Nº 9.394. Brasília, 1996.

_____. **Decreto 3.956**, de 8 de out de 2001. Brasília, 2001 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 27/06/20.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

COMENIUS, Jan. Amos. **Didática Magna**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

COVELLO, Sérgio Carlos. **A construção da Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Comenius, 1999.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; KUHLEN, Roseli Terezinha. Políticas públicas em educação especial em tempos de ditadura: uma análise sobre a concepção de deficiência

no Brasil no período 1973-1985. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, n. 1 (especial), p. 69-84, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/rep/rep/article/view/6257>.

GASPARIN, João Luiz. **Comênio ou a arte de ensinar tudo a todos**. Campinas: Papirus, 1994.

GASPARIN, João Luiz. **Comênio a emergência da modernidade na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GASPARIN, João Luiz. Concepção de infância, processo educativo e de alfabetização em João Amós Comênio. **Anais do XII Educere**, Curitiba, 2015.

KULESZA, Wojciech Andrzej. **Comenius – A Persistência da Utopia em Educação**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos da criança**. 20 de nov. 1989 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. 09 de dez. 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

SKLIAR, Carlos. A identidade que é nossa e a exclusão que é do outro. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.